

O BRASIL DA DEMOCRACIA, DA SOBERANIA E DO BEM VIVER

Defender a democracia e a soberania brasileira, reformar o sistema político e criar um novo caminho econômico antineoliberal para construir os direitos do Bem Viver das famílias brasileiras.

Nestas eleições de 2026, a grande maioria dos brasileiros e brasileiras quer consolidar a democracia e decidir democraticamente o futuro do Brasil. Em um momento decisivo, o povo brasileiro e as instituições dos três poderes do Estado defenderam a **permanência da democracia** contra o risco de retorno a uma ditadura, que seria implantada pelo desrespeito aos resultados das eleições presidenciais de 2022 e por uma trama de violências que tinha como objetivo assassinar o presidente e o vice-presidente eleitos, além do presidente do STF. Em 2025, os chefes desta trama sórdida foram condenados à prisão, com fortes provas e através do devido processo legal. Não há mais lugar para aqueles que falam em nome dos golpistas e querem voltar a uma ditadura em nosso país.

Foi só através da **vitória da democracia** que tem sido possível, nestes últimos quatro anos, o início vigoroso da reconstrução dos direitos fundamentais de quem trabalha: a valorização do salário mínimo; a retomada e o fortalecimento do Bolsa Família, que permitiu, pela segunda vez, enfrentar o flagelo da fome retornada para dezenas de milhões de brasileiros nos governos anteriores; a retomada e recomposição dos investimentos e criação de novos programas na educação e no SUS, como o Pé de Meia e o Mais Especialistas. Foi histórica a aprovação de um princípio de justiça tributária, com a isenção de impostos para quem recebe até R\$ 5 mil e forte redução do imposto para quem recebe até R\$ 7 mil, além da maior taxaço dos mais ricos.

Com a **vitória da democracia**, que trouxe de volta a confiança nos rumos do país, a economia brasileira pôde voltar a ter um crescimento sustentado acima da média mundial, com a redução do desemprego ao menor patamar segundo a série histórica do IBGE, e com a inflação mais baixa do que em qualquer outro governo na história brasileira. Com o programa Nova Indústria Brasil (NIB), com o retorno do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e, agora, com o Plano de Transformação Ecológica (PTE), a economia brasileira começou a trilhar o seu futuro de industrialização com base em novas tecnologias, de planejamento e de sustentabilidade ambiental.

A **vitória da democracia** foi decisiva para defender a soberania do Brasil frente às investidas unilaterais e neocolonialistas do governo Trump. O Brasil se uniu em torno da defesa da soberania em um momento belo e inesquecível,

deixando completamente isolados os que preferiram se vestir com a bandeira norte-americana. Nos últimos anos, o presidente Lula foi o grande protagonista internacional na defesa do multilateralismo e do direito à autodeterminação dos povos, à justiça e à paz. Com a realização da COP 2025, o Brasil ocupou o centro mundial do enfrentamento da destruição ambiental, hoje já tão sentido em várias catástrofes pelos brasileiros de norte a sul do país. Também é necessário que o país amplie sua capacidade de proteção de nossos povos, territórios e fronteiras, das riquezas naturais e garanta a paz através de investimentos em tecnologia de defesa.

Já faz parte deste futuro que está começando a defesa da redução da jornada de trabalho, por meio da superação da escala 6 x 1, sem diminuição do salário. Trata-se de uma medida de justiça social, que enfrenta a exploração do tempo de vida da classe trabalhadora e afirma que o avanço tecnológico deve servir ao bem-estar coletivo, e não apenas à ampliação dos lucros. Sabemos que haverá forte resistência das elites econômicas, que historicamente se opõem a qualquer ampliação de direitos, mas o centro do debate deve ser o direito ao descanso, ao lazer e ao bem viver para milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

É fundamental também a negociação de leis que garantam os direitos mínimos dos milhões de brasileiros que trabalham através de plataformas virtuais, hoje expostos a todo tipo de exploração e riscos. A nova Política Nacional de Cuidados, já aprovada e em implantação, é essencial para as famílias brasileiras ao ampliar creches e serviços de cuidado a crianças, idosos e pessoas com deficiência, reduzindo a sobrecarga histórica das mulheres. Ao reconhecer o direito de cuidar, de ser cuidado e ao autocuidado, a política promove a corresponsabilização entre Estado, famílias, comunidades e setor privado, valoriza o trabalho do cuidado e contribui para maior equidade de gênero, raça e renda.

A defesa pública da criação de um Ministério da Segurança Pública e de um Sistema Único que integre as ações federais, estaduais e municipais, no combate ao crime organizado e à corrupção têm o potencial de promover uma nova capacidade de ação do Estado democrático brasileiro em uma área decisiva para a paz e segurança das famílias brasileiras. O crime hoje não se enraizou apenas nas periferias mas tem seus comandos principalmente em setores financeiros e infiltrou-se profundamente entre políticos e estruturas estatais corrompidas.

Os três poderes da República lançaram em conjunto uma política integrada para conter o feminicídio, a violência e o estupro das mulheres brasileiras. Essa barbárie é hoje a principal ameaça à segurança pública no Brasil — uma área vital que foi criminosamente sequestrada por aqueles que pregam, de forma virulenta e continuada, contra a autonomia e a dignidade da mulher. São os

mesmos que defendem, irresponsavelmente, a disseminação do porte de armas.

A esperança não admite mais adiar o seu tempo. O futuro que sonhamos deve ser construído agora, pelo aprofundamento de uma democracia que afirme a soberania popular e enfrente as desigualdades estruturais — entre os bilionários e os que vivem do trabalho, e entre homens e mulheres. Uma democracia que combata as opressões que atravessam a sociedade e reconheça a diversidade étnico-racial que nos constitui, superando de vez o racismo que marca a formação social brasileira.

Reformar o sistema político

A esmagadora maioria dos brasileiros e brasileiras reafirma sua preferência pela democracia. Para aperfeiçoar seu funcionamento — e atender aos interesses populares — é preciso corrigir distorções na representação, enfrentar privilégios e combater as práticas antirrepublicanas que persistem no sistema político há décadas.

Sem aprofundar o sentido da soberania popular, continuarão a ser impedidas as mudanças necessárias para garantir um futuro do Bem Viver à população brasileira. É preciso, pois, reformar o sistema político.

A democracia participativa — a participação direta da cidadania na vida política e no controle das instituições do Estado — é vital para a saúde da democracia. Além das Conferências Nacionais e dos Conselhos com participação da sociedade civil, é preciso criar o **Orçamento Participativo Nacional, através do qual a cidadania ativa de modo organizado a cada ano definirá prioridades do investimento do Orçamento da União**. É uma garantia de que os impostos pagos serão utilizados de acordo com as prioridades democraticamente definidas do país.

O modo como funciona o sistema eleitoral — voto individual em candidatos para os poderes legislativos e com cada vez maior intervenção do poder econômico — fragmenta o sistema de partidos e, principalmente, subrepresenta de forma escandalosa os trabalhadores, as mulheres e os negros. É preciso adotar, como ocorre na esmagadora maioria dos países democráticos, **o voto em listas partidárias com representação paritária para as mulheres e cotas de representação mínima étnico-racial**.

Outra gravíssima distorção que se acentuou nos últimos anos, por decisão da maioria dos próprios beneficiados, é o atual sistema de emendas parlamentares. É errado inclusive chamar esta grave distorção de uma prática parlamentarista, pois em regime parlamentar atribuições de decisão sobre orçamento público são de natureza partidária e não individual como se dá no Brasil.

Da maneira como funcionam hoje, as emendas parlamentares são incompatíveis com o regime presidencialista, distorcem as prioridades orçamentárias e alimentam a corrupção. É preciso, pois, **reformular profundamente o regime das emendas parlamentares, em sua relação com o poder Executivo (deixando de ser impositivas), reduzindo drasticamente o seu volume (hoje em torno de R\$ 50 bilhões por ano) e o seu modo de funcionamento (sem controle público).**

A cidadania brasileira decididamente não aceita que uma pequena minoria de servidores do Estado desfrute de todo tipo de privilégios e salários que ultrapassam o teto salarial fixado para o funcionalismo, inclusive com regimes de previdência especiais que são garantidos pelo orçamento da União. É uma afronta inaceitável em um país cujo salário mínimo mal cobre as necessidades básicas do trabalhador. Será preciso **uma maior ética republicana para os três poderes que proíba e ponha fim a tais privilégios afrontosos.**

Consolidaram-se em diversos países — e de forma alarmante no Brasil — redes especializadas em difundir desinformação, organizar campanhas de ódio e fabricar mitos políticos na internet. Nenhuma democracia sobrevive sem uma opinião pública plural e sem a garantia plena da liberdade de expressão. **Para isso, é urgente investir em um sistema público de comunicação e avançar na regulação democrática das plataformas digitais.**

Ampliação dos mecanismos de controle e fiscalização

Em consonância com nossos desafios, é fundamental criar uma agenda de combate à corrupção voltada à mitigação de riscos e ao fortalecimento da capacidade estatal. Isso requer a construção de um arcabouço institucional robusto e inteligente, que proteja a agenda estratégica do poder público contra a captura por interesses privados.

O papel da CGU no âmbito do governo federal deve ser repensado, para que se amplie seu escopo de atuação. É importante pensá-la como um órgão de governo, o qual, embora exercendo suas atividades com a devida autonomia, deve sujeitar-se à direção e prioridades delineadas pelo Executivo eleito.

Esse aprendizado institucional agora deve ser orientado para a atuação em duas novas frentes: 1) monitoramento das políticas públicas, com o objetivo de aprimorar a eficácia e efetividade das políticas prioritárias do governo federal; 2) construção de capacidade estatal para fomentar políticas de desenvolvimento.

Nesse segundo aspecto, é importante fomentar o envolvimento da CGU em parcerias institucionais com outros órgãos e ministérios, especialmente o MGI,

MDIC, MPO e BNDES, a fim de contribuir na formulação e acompanhamento de políticas setoriais, sempre com o objetivo de fortalecer o poder público.

A CGU também atuará na construção de marcos normativos — inclusive junto ao Congresso — que articulem a cooperação entre os setores público e privado em políticas estratégicas de desenvolvimento. Esse esforço é essencial para áreas como as indústrias de saúde, naval e bélica; as cadeias de petróleo, gás e mineração de terras críticas; além de energia, data centers, aviação e a regulação da economia digital.

Ainda nesse quesito, cumpre ao governo, de modo amplo, fortalecer e, se necessário, criar novos espaços públicos para o relacionamento entre o setor público e o privado. Os governos petistas têm larga tradição em criar conselhos e fóruns, servindo de canais públicos e transparentes, destinados ao debate e à formulação de políticas setoriais. Exemplos de espaços que devem ser valorizados e fortalecidos são o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Reforma da governança global

Diante da crise das instituições internacionais, o Brasil deve assumir o protagonismo na construção de uma governança global mais representativa, democrática e eficaz. Isso exige liderar a reforma da ONU — fundamentada no Artigo 109 de sua Carta — para ampliar o Conselho de Segurança e revisar o poder de veto. Simultaneamente, cabe ao país articular o Sul Global em uma coalizão coordenada entre BRICS+, CELAC e União Africana.

Paralelamente, é imperativo fortalecer o multilateralismo por meio da democratização de organismos como OMC, FMI e Banco Mundial. O objetivo é ampliar a capacidade decisória das economias em desenvolvimento e alinhar essas instituições aos desafios estruturais do desenvolvimento soberano, da estabilidade financeira e da paz mundial.

O reposicionamento internacional do Brasil fundamenta-se na defesa da soberania e na construção de uma ordem multipolar, alicerçadas na diversificação estratégica de parcerias. Sob o comando do presidente Lula, o país retomou o protagonismo em fóruns decisivos: consolidou o Consenso de Brasília com as nações sul-americanas, liderou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza na presidência do G20 e viabilizou a conclusão histórica do acordo Mercosul–União Europeia. Para além da vitória brasileira na contestação das tarifas protecionistas dos Estados Unidos, o pacto com a Europa representa uma oportunidade para atrair investimentos e fortalecer cadeias produtivas, promovendo a inserção competitiva do Brasil em setores de alto valor agregado, inovação tecnológica e transição ecológica.

O fortalecimento do BRICS amplia a capacidade de incidência do Brasil na reforma da governança global ao articular países do Sul Global em torno de uma ordem internacional mais representativa e equilibrada. O Brasil deve consolidar o BRICS como um dos eixos centrais de sua política externa, ampliando a cooperação econômica, política e institucional entre os países do bloco.

Essa posição é coerente com princípios de não-alinhamento ativo, atuação estratégica de diversificação de parceiros políticos e econômicos diante do esfacelamento das instituições multilaterais. O bloco pode impulsionar mudanças em instituições como a ONU e ampliar o peso dos países em desenvolvimento nos mecanismos financeiros e multilaterais. O aprofundamento das relações com África e Ásia complementa essa estratégia ao diversificar parcerias e reduzir vulnerabilidades externas. Essa inserção deve ser acompanhada de uma atuação firme em defesa da paz, da autodeterminação dos povos e contra sanções unilaterais, reafirmando os princípios históricos da política externa brasileira.

A superação das vulnerabilidades estruturais do sistema financeiro internacional exige a construção gradual de uma arquitetura mais multipolar e resiliente. O Brasil deve promover o uso de moedas locais no comércio internacional e desenvolver sistemas de pagamento alternativos, reduzindo a dependência do dólar e a exposição a sanções unilaterais. O fortalecimento de bancos multilaterais do Sul, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e instituições regionais, aliado à retomada do papel do BNDES no financiamento da integração e da industrialização, permitirá ampliar a capacidade de investimento. Complementarmente, a diversificação das reservas internacionais e a liderança em mecanismos inovadores de financiamento climático, como o TFFF, reforçam a autonomia econômica e o protagonismo brasileiro.

Uma economia para superar o neoliberalismo

Desde os anos 80, com a crise da dívida externa induzida pela agressiva política de juros praticada pelo governo norte-americano e, depois, com a financeirização da economia brasileira nos anos 90 do século passado, o Brasil convive com taxas de juros escandalosamente altas, entre as maiores do mundo. Os juros comprimem os investimentos, incentivam uma alta taxa de exploração do trabalho, limitam o orçamento dedicado às políticas sociais e agravam o endividamento das famílias. Sem romper com a financeirização, a democracia brasileira não conseguirá prover os direitos fundamentais de cidadania dos brasileiros.

É imperativo construir uma alternativa à captura estrutural do Banco Central pelos agentes rentistas, cujo funcionamento atual submete a política de câmbio e crédito à lógica da especulação financeira. Para que sua autonomia técnica

seja efetiva e republicana, a gestão deve ser democratizada e compartilhada com os setores produtivos e representantes do trabalho, vinculando a autoridade monetária ao projeto nacional de desenvolvimento e aos interesses da maioria da população. O sistema bancário deve ser orientado, prioritariamente, ao financiamento da produção e do consumo popular, rompendo com o ciclo especulativo. Apoiada na solidez das reservas internacionais e no controle inflacionário, a política estabelecerá uma meta permanente de juros de um dígito — pilar essencial para a desfinanceirização da economia brasileira.

Em terceiro lugar, é fundamental reconstruir os fundamentos de uma economia do setor público, que permita o planejamento de um novo ciclo de desenvolvimento industrial em áreas prioritárias, com inovações tecnológicas de fronteira e com sustentabilidade.

Uma quarta dimensão fundamental deste novo rumo macroeconômico deve ser o investimento na elevação da formação, do salário e da qualidade do emprego dos trabalhadores brasileiros. A elevação dos direitos do trabalho, superando desigualdades históricas e estruturais, e que contemple as dimensões de gênero e étnico-raciais, é fundamental para alavancar o PIB potencial e expandir o mercado interno, criando uma sinergia positiva e virtuosa de um novo ciclo sustentado de altas taxas de crescimento. Faz parte deste ciclo recuperar o papel dos sindicatos - indispensáveis à democracia -, da contratação coletiva, da Justiça do Trabalho e da economia solidária, integrando uma forma cooperativa e autogestionada de produção.

A quinta dimensão estratégica é a **reforma agrária popular**, medida imprescindível para democratizar o acesso à terra em um país que ainda ostenta a maior concentração fundiária do mundo. Para além de garantir a soberania alimentar, ela é o pilar para o desenvolvimento da agroecologia e da transição ecológica, contrapondo-se ao agronegócio predatório — hoje o principal vetor da degradação ambiental e da crise climática no Brasil.

Frente Ampla pela Democracia

A democracia é um **valor** inegociável. Sem ela, o Brasil caminharia para a barbárie, para um regime de violência e obscurantismo, de perda de soberania e desagregação social e econômica.

A democracia é o único caminho para um futuro que acolha a pluralidade de nosso povo — em suas diversas crenças e etnias — e que privilegie o diálogo e a negociação na resolução de conflitos. Somente por meio dela construiremos um projeto nacional comum, capaz de contribuir para um mundo ecologicamente sustentável, justo e fraterno.

A democracia é uma **meta**. Para que se construa um ambiente de liberdade, com autonomia para cada pessoa e para a vida em comum, é preciso superar as desigualdades históricas sociais, de raça e de gênero. Não pode ser verdadeiramente livre quem está submetido a uma desigualdade estrutural de renda, de gênero ou étnico-racial.

Sobre esse alicerce de valores e metas, nossa tarefa é reconstruir a cultura democrática no Brasil. Mais do que um regime político, a democracia é a prática social de harmonizar as individualidades em uma vida comum, assegurando o pleno exercício da liberdade e da igualdade.

O que está em jogo nestas eleições é o presente e o futuro da democracia brasileira. Propomos um mutirão democrático que una cidadãos de todos os partidos, trabalhadores e empresários, todas as crenças, gerações e culturas, bem como a força dos movimentos sociais: uma **Frente Ampla pela Democracia**. A participação ativa de cada brasileiro e brasileira é o que definirá o nosso rumo. Com essa união, a nossa vontade coletiva e a nossa esperança sairão vitoriosas.

1- SOBERANIA POPULAR COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO DO PROJETO DE NAÇÃO

A democracia brasileira resistiu e venceu o golpismo, mas para a maioria da população, ela ainda parece distante das urgências da vida cotidiana.

Para superar desigualdades e continuar a construção de um Brasil de bem-viver, defendemos uma reforma democrática e soberana do Estado, onde o povo esteja no centro da tomada de decisões: criar um Orçamento Participativo Nacional permanente para que a população decida prioridades orçamentárias com transparência e controle social, acabando com as distorções das emendas parlamentares. Também devemos garantir a adoção de um sistema de listas partidárias programáticas com paridade de gênero e garantia de recorte étnico-racial.

O fortalecimento da soberania nacional exige o domínio estratégico de três frentes essenciais. Primeiro, a **soberania digital**, com a criação de uma infraestrutura nacional de dados, a **regulação** democrática das *big techs* e o combate à desinformação. Segundo, a **soberania energética e mineral**, pautada por um Plano Nacional para a exploração responsável do **pré-sal, da Margem Equatorial e de minerais críticos**, assegurando que o desenvolvimento preserve os territórios e as comunidades. Por fim, a **soberania tecnológica**, com o Estado como indutor do investimento em ciência e na construção de uma Inteligência Artificial nacional.

Soberania é também a capacidade de defesa do território e da nação, de nossos povos, recursos e riquezas naturais, da nossa autodeterminação. Investir na proteção das nossas fronteiras e território é fundamental para garantir um futuro de paz e prosperidade.

Assim, a soberania popular vira poder político, econômico e tecnológico exercido democraticamente pelo povo. É a base de um projeto nacional de desenvolvimento justo e comprometido com a defesa intransigente da democracia.

A defesa nacional, no século XXI, deve ser orientada pela autonomia estratégica, pela inovação tecnológica e pela cooperação regional. Nesse sentido, a reconstituição do Conselho de Defesa Sul-Americano é fundamental para coordenar respostas conjuntas a desafios comuns, preservando a soberania regional. Internamente, o fortalecimento da base industrial de defesa, com foco em tecnologias estratégicas, deve estar articulado à integração dos minerais críticos às cadeias produtivas e à inovação. A garantia do domínio completo do ciclo do combustível nuclear para fins pacíficos completa esse esforço, assegurando ao país capacidades sensíveis indispensáveis à sua autonomia e projeção internacional.

2- A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO COM GARANTIAS E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS

A democracia brasileira só será plena quando a liberdade e a igualdade forem indissociáveis, situando a classe trabalhadora no centro do projeto nacional. Dos assalariados e autônomos às mulheres que sustentam a economia invisível do cuidado; dos pequenos produtores rurais à juventude precarizada: é essa força que gera a riqueza do país e que mais sofreu com o ciclo neoliberal e suas reformas regressivas.

Por isso, defendemos a valorização contínua do salário-mínimo como ferramenta essencial de distribuição de renda, crescimento econômico e combate à pobreza, avançando gradualmente para uma Renda Mínima Universal que garanta vida digna a todos. É urgente revogar as leis antitrabalhistas que abriram caminho para a terceirização sem limites, a pejetização abusiva e o enfraquecimento da Justiça do Trabalho, acabando com a ideia de que o trabalhador é uma “empresa de si mesmo”, uma reforma que só serviu para baratear custos e aumentar a exploração.

Propomos reduzir a jornada de trabalho, eliminando a escala 6x1 sem corte salarial, onde o trabalhador possa viver melhor com mais tempo para família, saúde mental, lazer e dignidade. Precisamos fortalecer sindicatos, ampliar negociação coletiva e valorizar a Justiça do Trabalho para equilibrar as

relações entre capital e trabalho, com trabalhador precarizado não há desenvolvimento soberano e nem dignidade plena.

A escala 6x1 é muito mais do que um simples método de organização de turnos. Trata-se do epicentro de um sistema que transforma o esgotamento físico e mental da classe trabalhadora na perpetuação do surrado modelo de superexploração laboral adotada pelo capitalismo periférico.

A luta pela redução do tempo de trabalho, impulsionada pelo clamor de que existe uma "vida além do trabalho", é parte imprescindível da disputa central pela distribuição das riquezas produzidas no Brasil. O fim da escala 6x1 não apenas permeia nosso projeto de desenvolvimento nacional, mas pavimentava o caminho da revolução tecnológica que o Brasil deve liderar nas próximas décadas.

A escala 6x1 sequestra o tempo de vida, com impactos devastadores e interseccionais sobre a saúde, afetando 97% dos trabalhadores fisicamente e 94% mentalmente, com quadros de ansiedade, depressão e burnout. Seus efeitos, porém, não são neutros: recaem com mais peso sobre mulheres negras, que acumulam a dupla e tripla jornada do trabalho reprodutivo e de cuidados. Dessa forma, o modelo atua como mecanismo de perpetuação do racismo estrutural e da desigualdade de gênero, ao bloquear o acesso ao lazer, à educação e à mobilidade social.

Ademais, é fundamental reconhecer que os microempreendedores e pequenos negócios representam a espinha dorsal da economia, sendo os principais responsáveis pela geração de empregos e pela circulação de renda nas comunidades locais. Portanto, reforçar as políticas de incentivo a esse segmento significa não apenas simplificar o acesso ao crédito e reduzir a burocracia, mas também investir em programas de capacitação técnica e gestão financeira que aumentem a competitividade e a longevidade dos empreendimentos.

Ao fortalecer a cultura empreendedora com linhas de financiamento específicas, incentivos fiscais e suporte digital, o Estado cria um ciclo virtuoso: diminui a informalidade, estimula a inovação e garante que pequenos negócios possam prosperar, contribuindo de forma mais robusta para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

Enfrentar a desigualdade exige combater o rentismo, reorganizar a economia e colocar o trabalho como eixo central: só assim quem produz riqueza viverá com direitos assegurados, renda digna e tempo para ser feliz.

3. DEFESA DA VIDA DAS MULHERES COMO PROJETO DE NAÇÃO

A construção de um projeto nacional democrático e popular exige enfrentar, de forma central e inadiável, as desigualdades de gênero, o machismo e a misoginia que permeiam a sociedade brasileira. A emancipação das mulheres e a efetivação da equidade de gênero não são agendas setoriais, mas dimensões estratégicas de qualquer nação que pretenda ser justa, soberana e desenvolvida.

As mulheres estão na linha de frente do mundo do trabalho e chefiam mais da metade dos lares brasileiros, mas ainda enfrentam desigualdade salarial gritante, sobrecarga exaustiva do trabalho doméstico e de cuidados, baixa representação nos espaços de poder e violências diárias que vão da violência política de gênero ao feminicídio e estupro, passando por agressões psicológicas, físicas, simbólicas e institucionais. A desigualdade de gênero permanece como uma ferida histórica que o Estado precisa curar com coragem política e ações concretas, estruturais e permanentes.

Neste contexto, é importante ressaltar as políticas voltadas às mulheres indígenas, a indicação de profissionais indígenas para cargos estratégicos e a criação de espaços de diálogo que fortalecem a governança democrática. Especificamente, a criação das "Casas da Mulher Indígena" em todos os biomas e a garantia de 50% de participação feminina nos Comitês Territoriais Mistos representam um avanço na proteção contra a violência de gênero e no empoderamento político das mulheres indígenas, assegurando seus direitos à vida, à integridade e à participação.

É preciso consolidar e ampliar a Política Nacional de Cuidados já sancionada e em implementação, com financiamento estável e mais equipamentos públicos que redistribuam esse trabalho invisível, aliviem a múltipla jornada e promovam autonomia econômica real para as mulheres. Cuidar não pode ser tratado como tarefa feminina, mas uma responsabilidade social coletiva, uma política pública estruturante para garantir igualdade material e dignidade a todas e todos.

A violência contra as mulheres é um fenômeno estrutural e multidimensional, atravessado por desigualdades de classe, etnia e gênero, exigindo respostas que transcendam a segurança pública. Embora existam avanços legais, o machismo persiste nas raízes sociais e se potencializa no ambiente digital. Nas redes, jovens e adolescentes são bombardeados por conteúdos misóginos que promovem o ódio e modelos de masculinidade violenta, alimentando um grave processo de deformação social.

O endurecimento das penas, inclusive no caso do feminicídio, é necessário, mas insuficiente. É fundamental garantir o cumprimento das leis existentes, como o ECA Digital, avançar na regulação das big techs e articular mudanças

na política educacional. Neste sentido, a efetivação da Lei nº 14.164/2021 — que torna obrigatória a inclusão de conteúdos sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos escolares — é uma vitória estratégica que precisa ser defendida. Mais do que uma diretriz, agora o desafio é a aplicação real. Não basta a norma no papel; é imperativo que o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação garantam a formação contínua dos professores e a distribuição de materiais didáticos que dialoguem com a realidade de cada região. Estados e municípios devem atuar para que a implementação da política não sofra boicotes ideológicos, assegurando que nossas escolas sejam territórios livres de misoginia e violência, formando uma geração comprometida com o projeto do Bem Viver.

Também é urgente enfrentar a violência política de gênero, que intimida, silencia e persegue mulheres na política com ameaças, ataques online, desinformação e barreiras institucionais. Para ampliar a presença feminina nos espaços decisórios, precisamos de proteção jurídica sólida, mecanismos de responsabilização rigorosos e compromisso real das instituições para que elas exerçam mandatos e funções públicas com segurança e respeito.

Por fim, defendemos políticas que garantam mais mulheres em posições de decisão. A igualdade de gênero precisa ser um princípio do nosso projeto, um pilar essencial na construção de uma sociedade soberana, democrática e comprometida com o fim de todas as opressões. Só assim construiremos um Brasil onde as mulheres e toda a sociedade vivam com liberdade, direitos plenos e dignidade de verdade.

4- NOVA INDÚSTRIA BRASIL: UM CAMINHO PARA O FUTURO

O futuro econômico do Brasil depende de uma política prioritária de reindustrialização, baseada em inovação tecnológica, sustentabilidade e voltada para as necessidades da população, que incentive a economia solidária e cooperativa como um dos eixos estruturantes.

A reindustrialização é vital para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país. É necessário manter a indústria moderna, elevar o grau de sofisticação tecnológica e reforçar a sua competitividade global. Para isso, é indispensável o investimento contínuo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D), criando um ambiente propício para o surgimento de novas soluções tecnológicas e produtos diferenciados.

Uma indústria nacional sólida é essencial para assegurar a segurança econômica e a autonomia do país em setores estratégicos do nosso desenvolvimento.

Nosso compromisso com a sustentabilidade é um pilar estratégico e inegociável, abrangendo da redução de emissões à gestão de resíduos e ao uso racional de nossos recursos. O cenário internacional, aliado aos ativos ambientais do Brasil, favorece o desenvolvimento de tecnologias para a descarbonização, a segurança energética e a bioeconomia. É a oportunidade de converter nossas vantagens naturais em liderança global, pautando a transição ecológica como motor do desenvolvimento.

A estratégia também permite expandir nossa diversificação econômica, a geração de empregos qualificados e o desenvolvimento regional — fatores que impulsionam um crescimento nacional sólido, equilibrado e sustentável.

Superar a armadilha da financeirização exige decisões estruturais para recolocar o Estado a serviço da maioria e organizar as bases do desenvolvimento nacional. Faz parte dessa agenda de desenvolvimento:

- Construir uma proposta alternativa à atual dependência do Banco Central aos grandes agentes financeiros e especulativos, mantendo sua autonomia técnica e operacional como órgão submetido à democracia brasileira e aos interesses da maioria da população.
- Garantir uma meta estrutural de manutenção dos juros abaixo de 10 %, que permita a retomada dos investimentos na economia e em justiça social.
- Construir uma alternativa à atual Lei de Responsabilidade Fiscal que, na verdade, estimula o máximo endividamento financeiro, por outra que combine a devida responsabilidade fiscal com o controle da inflação e as novas metas de desenvolvimento econômico e justiça social.
- Implantar a Lei Paul Singer, formando a Economia Popular e Solidária como uma política estruturante do programa de desenvolvimento econômico, social, ambiental, territorial e promotor da justiça social.
- Reconstruir os fundamentos de uma economia do setor público, que permita o planejamento de um novo ciclo de desenvolvimento industrial em áreas prioritárias, com inovações tecnológicas de fronteira e garantidoras da sustentabilidade.
- As prioridades da reindustrialização são: cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais; complexo econômico-industrial da saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade urbana; transformação digital da indústria; bioeconomia, descarbonização e transição energética e tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacional.

Outra dimensão estratégica que merece destaque na tese é a formulação de uma política nacional para minerais estratégicos e terras raras, orientada por uma lógica de soberania sobre os recursos naturais e de agregação de valor no território nacional.

O Brasil possui uma das maiores reservas de minerais críticos do mundo, essenciais para a transição energética, a indústria eletrônica, a produção de baterias e tecnologias avançadas. No entanto, o país ainda opera majoritariamente como exportador de commodities minerais com baixo grau de processamento e complexidade.

Propõe-se, portanto, a defesa de uma política ativa de desenvolvimento dessa cadeia, articulando empresas públicas, investimento estatal, financiamento do BNDES e parcerias tecnológicas internacionais voltadas à verticalização da produção e à industrialização doméstica desses recursos. A exploração desses minerais deve se converter em desenvolvimento industrial nacional, com geração de renda qualificada e fortalecimento da soberania tecnológica brasileira.

Nesse sentido, o Brasil deve:

- Instituir uma política nacional de minerais críticos, estratégicos e terras raras;
- Criar mecanismos de controle do fluxo desses minerais, buscando sempre agregação de valor em território nacional;
- Desenvolver cadeias adjacentes para utilização das vantagens comparativas associadas à verticalização das cadeias dos minerais.

A política comercial brasileira deve ser reposicionada como instrumento ativo de desenvolvimento, articulando-se à Nova Indústria Brasil para promover exportações de maior valor agregado e inserção qualificada nas cadeias globais. Nesse sentido, a integração produtiva sul-americana deve ser aprofundada por meio da construção de complementaridades em setores estratégicos como energia, saúde, defesa e minerais críticos. A definição de uma estratégia regional e soberana para minerais críticos e terras raras - com processamento local e agregação de valor - é central para reduzir a dependência externa e ampliar a autonomia tecnológica.

Simultaneamente, o Brasil deve consolidar-se como liderança global em bioeconomia, convertendo seu patrimônio ambiental em vantagem estratégica sustentável. Diante da crise de governança da Organização Mundial do Comércio (OMC), tornam-se fundamentais acordos como o do Mercosul com a União Europeia, capazes de oferecer — além de ganhos produtivos — previsibilidade e segurança jurídica no cenário internacional.

5- CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

No cenário global de rápidas mudanças geopolíticas e climáticas, o desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação e Tecnologia da Informação (CTI&TI) deve estar indissociavelmente vinculado a um projeto nacional soberano, sustentável e inclusivo.

Por seu alcance transversal, a CTI&TI permeia áreas vitais — da saúde e segurança alimentar à indústria e economia digital — conectando diferentes disciplinas para solucionar desafios sociais e econômicos complexos. Essa visão estratégica é o que permitirá ao Brasil pautar a inovação tecnológica a serviço da democracia e do desenvolvimento humano.

Além de uma ferramenta para o crescimento econômico a CTI&TI pode ajudar a criar, desenvolver, implementar e difundir conhecimentos e tecnologias de alto impacto social. É essencial que as iniciativas representem soluções efetivas para a redução das desigualdades sociais - como a erradicação da pobreza extrema - e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva, CT&I não são concebidas apenas como vetores econômicos, mas como elementos estruturantes de autonomia política, defesa da democracia e promoção do desenvolvimento sustentável. A política tecnológica proposta responde simultaneamente aos desafios da reindustrialização, da transição ecológica, da inclusão digital e da soberania informacional.

Defendemos consolidar a soberania tecnológica e digital como parte central da soberania nacional. Especialmente em um cenário de imprevisibilidade e conflitos globais — como observamos no caso do Irã — a dependência de tecnologias e de bens tangíveis e intangíveis do mercado externo configura-se como limitante à autonomia econômica e política. Países tecnologicamente dependentes ocupam posições subordinadas nas cadeias globais de valor.

Nesse sentido, algumas ações se fazem necessárias:

- Desenvolvimento de infraestrutura nacional soberana de dados, computação e inteligência artificial, articulando Estado, universidades, setor produtivo e sociedade civil;
- Estabelecimento de política nacional de governança de dados, com infraestrutura pública, regulação democrática e proteção da privacidade;

- Regulamentação democrática de plataformas tecdigitais e big techs, assegurando concorrência justa, transparência algorítmica e proteção de direitos trabalhistas na economia digital;
- Fortalecimento da segurança cibernética e proteção de infraestruturas críticas (energia, telecomunicações, sistema financeiro, saúde, defesa);
- Fortalecimento da governança e a capacitação de pessoas.
- Adoção progressiva de software livre e tecnologias abertas pela administração pública como instrumento de soberania digital, redução de custos e transparência.
- Implantar uma rede nacional de laboratórios de inovação e tecnologia em escolas, universidades, periferias e territórios populares, promovendo inclusão digital, formação técnica e produção de conhecimento livre.
- Instituir plataformas públicas de participação digital, baseadas em software livre, para consultas, deliberação e construção colaborativa de políticas públicas, integradas ao Orçamento Participativo.

É preciso fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) como eixo estruturante do desenvolvimento. Sistemas científicos robustos são condição para autonomia tecnológica, capacidade industrial e qualidade de vida. O SNCTI brasileiro, construído com esforço histórico, deve ser potencializado mediante melhor articulação e divisão de funções entre seus componentes.

Para isso, é necessário a garantia de financiamento público estável e crescente para CT&I, com meta de elevação do atual patamar de 1,2% do PIB, incluindo destinação mínima de 10% do total investido para Tecnologias Sociais e Tecnociência Solidária. A estratégia também visa fortalecer as universidades públicas, institutos federais e centros públicos de pesquisa, protegendo-os de tentativas de privatização e promovendo pesquisas voltadas às necessidades da população.

As universidades e Institutos Federais de Educação devem atuar na formação de cadeias produtivas preferencialmente públicas em setores definidos como prioritários.

Precisamos de um modelo de desenvolvimento no qual ciência, tecnologia e inovação atuem como instrumentos estruturantes da autonomia nacional, da redução das desigualdades e do fortalecimento do Estado democrático. A concretização dessa agenda exige estabilidade institucional, financiamento contínuo, articulação federativa e integração entre universidades, centros de pesquisa, setor produtivo, Estado e sociedade civil.

A soberania tecnológica e digital, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a integração regional constituem, assim, os eixos orientadores de um projeto nacional de desenvolvimento baseado no conhecimento.

6- FORTALECIMENTO ESTRUTURAL E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) COMO POLÍTICA DE ESTADO

O Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecido como o maior sistema público e universal de saúde do mundo, constitui um dos mais relevantes patrimônios sociais da população brasileira e um dos pilares fundamentais da Constituição Federal de 1988. Sua defesa e aprimoramento contínuo são imperativos para a redução das desigualdades sociais e para a efetivação do direito à saúde enquanto dever do Estado. Nesse contexto, deve-se implementar uma agenda estratégica que reafirme o SUS como política de Estado inalienável, pautada pelos princípios da universalidade, integralidade, equidade e humanização.

O aperfeiçoamento do modelo de financiamento público é condição indispensável para a viabilidade e a expansão do sistema. Defendemos a adoção de um regime fiscal progressivo e estável, que assegure recursos compatíveis com as necessidades sanitárias da população e com a manutenção da gratuidade e do caráter universal do atendimento. Isso implica revisão de mecanismos de alocação orçamentária, ampliação das fontes de receita e combate ao subfinanciamento crônico.

A consolidação da Atenção Primária à Saúde (APS) como ordenadora do cuidado e principal porta de entrada do sistema deve ser priorizada, com foco na resolutividade, na coordenação do cuidado e na longitudinalidade. Metas nacionais devem ser estabelecidas para ampliar a cobertura, qualificar o processo de trabalho das equipes e integrar a APS aos demais pontos da rede de atenção à saúde.

O enfrentamento das filas de espera para consultas, exames e procedimentos especializados requer planejamento integrado, regulação assistencial eficiente e pactuação interfederativa. É necessário instituir estratégias de monitoramento e incentivos para a redução do tempo de espera, com garantia de acesso oportuno e baseado em critérios de risco e vulnerabilidade.

A modernização do SUS passa pela ampliação do uso de ferramentas digitais, como a telessaúde e a telemedicina, visando superar barreiras geográficas e promover equidade territorial. A integração de sistemas de informação, o prontuário eletrônico unificado e a incorporação de inovações tecnológicas devem ser conduzidas de forma alinhada aos princípios do sistema, assegurando a qualidade, a segurança e a privacidade dos dados, sem prejuízo do caráter público e gratuito.

A qualidade do cuidado está intrinsecamente ligada às condições de trabalho e à valorização dos profissionais de saúde. É essencial instituir políticas permanentes de gestão do trabalho e da educação na saúde, que incluam planos de carreira, remuneração justa, ambientes laborais seguros e estímulo à formação continuada, alinhada às necessidades do sistema e ao desenvolvimento tecnológico.

A atuação do SUS deve ser fundamentada em evidências científicas e em práticas baseadas em dados. Nesse sentido, é imperativo fortalecer a comunicação pública em saúde, promover a alfabetização científica da população e adotar medidas sistemáticas de enfrentamento ao negacionismo científico e à desinformação, garantindo a credibilidade das políticas de prevenção, tratamento e vigilância em saúde, com especial ênfase na cobertura vacinal.

O fortalecimento do SUS requer o avanço na implementação da Reforma Psiquiátrica, assegurando o cuidado em liberdade, de base territorial e humanizado, expansão de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), residências terapêuticas, prevenção ao suicídio, atenção a populações vulneráveis e combate radical ao estigma, assegurando saúde mental integral como direito e não como exclusão.

No âmbito do fortalecimento do SUS, é importante consolidar o direito à saúde para os povos indígenas com um olhar diferenciado. O investimento no Programa Nacional de Saneamento Indígena (PNSI) para universalização da água potável é essencial para a prevenção de doenças e a promoção da dignidade humana. A reestruturação da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), a criação de novos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e a integração da medicina tradicional ao SUS representam a efetivação do direito à saúde de forma integral e intercultural, respeitando as especificidades étnicas e as práticas tradicionais de cura.

A construção plena do SUS transcende a mera ampliação da oferta de serviços. Trata-se de assegurar, de forma perene, o direito à saúde por meio de uma política de Estado robusta, humanizada e tecnicamente orientada. O fortalecimento do sistema depende do compromisso interfederativo, do controle social efetivo e da adoção de estratégias que conciliem inovação, equidade e sustentabilidade, reafirmando o SUS como instrumento central de justiça social e desenvolvimento nacional.

No campo das Aplicações Nucleares na Saúde, foram produzidos e fornecidos por Autarquia Federal, vinculada ao MCTI, radiofármacos para atender aos serviços de Medicina Nuclear do país, que viabilizaram a realização de cerca de 2 milhões de procedimentos para diagnóstico e terapia de vários tipos de doenças. Este atendimento precisa se ampliar, por meio da utilização dos

radiofármacos nos diversos hospitais das universidades federais, especialmente naqueles gerenciados pela estatal EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), mas também em todo o território nacional por meio do SUS.

Os procedimentos que utilizam radiofármacos permitem um diagnóstico seguro, eficaz, pouco invasivo, contribuindo com inúmeros benefícios para os pacientes. Os radioisótopos, insumo utilizado na produção de radiofármacos, são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pesquisa dedicados. No entanto, os reatores de pesquisa existentes no Brasil não têm capacidade para produção em larga escala, o que impõe a importação dos radioisótopos, acarretando forte dependência de fornecedores estrangeiros, gargalo que precisa ser urgentemente superado.

A plena autonomia na saúde exige a eliminação da dependência externa de radioisótopos. Para isso, o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), cujas obras já estão em curso em Iperó (SP), é um empreendimento vital. O novo centro de pesquisa de ponta capacitará o país na produção de insumos essenciais para a medicina nuclear em escala industrial. Com entrega prevista para 2030 e assegurada pelos investimentos do PAC, o RMB consolidará o Brasil como referência científica e garantirá o acesso soberano da população a diagnósticos e terapias avançadas.

O diagnóstico precoce é crucial para aumentar as chances de cura de um paciente e reduzir os custos do sistema de saúde. Para enfrentar o câncer e as doenças cardiovasculares — principais causas de mortalidade no Brasil — o SUS deve incorporar amplamente a tecnologia de imagem híbrida SPECT/CT. Ao integrar a precisão da medicina nuclear com a clareza anatômica da tomografia, essa inovação assegura decisões clínicas mais rápidas e seguras, transformando o tratamento de alta complexidade em um direito acessível e eficiente.

A interiorização da medicina nuclear é estratégica para um SUS verdadeiramente universal. Com o apoio da AIEA, a Unidade Móvel de Medicina Nuclear garante que o diagnóstico especializado chegue às comunidades mais distantes e aos distritos sanitários indígenas. Essa estratégia de mobilidade é fundamental para descentralizar os serviços de imagem, otimizar o fluxo de atendimento e fortalecer a rede pública onde o desafio logístico é maior. É a alta tecnologia a serviço da equidade e da dignidade de cada cidadão brasileiro.

7- TRANSIÇÃO ECOLÓGICA, REFORMA AGRÁRIA E AGRONEGÓCIO

A zona rural brasileira deve ser afirmada como território de vida, expressão concreta das relações sociais e culturais, das dinâmicas produtivas e ambientais que estruturam o país. O campo, as florestas e as águas não se reduzem a espaços de produção econômica, tampouco podem ser tratados como periferia do desenvolvimento nacional. São territórios onde se reproduz a vida, se constroem identidades, se preservam bens comuns e se afirmam modos de existência fundamentais para a soberania do Brasil.

Esta concepção se contrapõe diretamente ao modelo historicamente dominante, marcado pela concentração fundiária, pela mercantilização da terra e da natureza e pela subordinação dos territórios rurais a uma lógica produtivista excludente, que perpetua desigualdades, pobreza e fome. Ao afirmar o rural como território de vida, reafirma-se o papel político dos povos do campo, das florestas e das águas como sujeitos ativos da construção de um projeto democrático e popular, comprometido com justiça social, igualdade, diversidade e sustentabilidade.

Nesse sentido, mulheres, juventudes, pessoas idosas, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e a população LGBTQIAP+ não são segmentos acessórios ou públicos específicos de políticas compensatórias. São sujeitos estruturantes do mundo rural brasileiro, responsáveis pela sustentação dos territórios, pela produção de alimentos, pela preservação da sociobiodiversidade, pela transmissão intergeracional de conhecimentos e pela resistência histórica frente às múltiplas formas de expropriação, violência, exclusão e invisibilização.

Não há democracia, soberania alimentar ou justiça social sem democratização do acesso à terra e proteção integral dos territórios. A Reforma Agrária Popular deve ser retomada com metas, prazos e orçamento definidos, assegurando que o acesso à terra seja acompanhado de políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos já existentes, considerando o volume de demandas historicamente acumulado.

É fundamental a defesa intransigente dos assentamentos da Reforma Agrária e das áreas do Crédito Fundiário contra todas as formas de reconcentração fundiária, aquisição irregular de lotes, grilagem direta ou indireta e captura desses territórios pelo agronegócio, reafirmando o caráter público, social e estratégico dessas políticas.

O combate à grilagem, à violência no campo e aos processos de apropriação privada que desestruturam assentamentos, provocam o esvaziamento das comunidades e intensificam conflitos territoriais deve ser prioritário. Isso implica a demarcação e proteção de Terras Indígenas, territórios quilombolas e comunidades tradicionais, bem como a destinação social e ambiental das terras públicas.

A titulação deve vir acompanhada de infraestrutura, autonomia comunitária e garantia de sucessão geracional, fortalecendo a fiscalização, o monitoramento e os instrumentos jurídicos e administrativos do Estado para assegurar que os territórios da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário permaneçam sob controle das agricultoras e agricultores familiares. Destaca-se ainda o fortalecimento do controle social exercido pelas mulheres indígenas nos processos de governança fundiária, demarcação e homologação das Terras Indígenas.

Produzir alimentos é produzir vida, saúde e soberania, articulando trabalho, cultura, território e proteção dos bens comuns, em oposição a um modelo dependente de insumos químicos, concentrador de renda e gerador de adoecimento socioambiental.

O fortalecimento da agricultura familiar e camponesa como base estruturante dos sistemas alimentares nacionais requer o apoio à transição agroecológica e à produção orgânica, com suporte técnico, econômico e institucional. A agricultura urbana e periurbana deve ser incorporada como estratégia de segurança alimentar, geração de renda e integração campo–cidade, assim como os quintais produtivos, com políticas públicas de financiamento (via fomento e crédito), ampliação, assistência técnica e valorização do trabalho das mulheres.

A proteção dos assentamentos da Reforma Agrária e das áreas do Crédito Fundiário como territórios estratégicos para a produção de alimentos saudáveis exige o enfrentamento à imposição da monocultura, à captura pelo agronegócio e aos processos de reconcentração fundiária que inviabilizam a agricultura familiar e camponesa. O enfrentamento ao uso de agrotóxicos deve ser prioridade, com fortalecimento de políticas de redução progressiva e substituição por práticas sustentáveis, incluindo a implementação e fortalecimento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), o incentivo à pesquisa, produção e uso de bioinsumos, a proteção da saúde das populações do campo e da cidade e do meio ambiente, e a promoção de sistemas produtivos baseados na agroecologia e na soberania alimentar.

Nosso governo reafirma seu compromisso com a agroecologia e a agricultura familiar, ao mesmo tempo em que reconhece a importância estratégica do agronegócio como atividade econômica essencial para o país. Prova disso é o Plano Safra, que em 2025 atingiu orçamento recorde, garantindo crédito e incentivos ao setor.

No entanto, é fundamental que o agronegócio seja redirecionado para tornar-se ambiental e socialmente sustentável. Isso passa por políticas que incentivem práticas de baixo carbono, recuperação de áreas degradadas, cumprimento do Código Florestal e regularização ambiental. Também é necessário fortalecer a rastreabilidade da produção, assegurando que cadeias como as da soja, carne

e madeira não estejam associadas a desmatamento ilegal, grilagem ou trabalho análogo à escravidão. Além disso, é preciso ampliar a assistência técnica e a inovação tecnológica para reduzir o uso de agrotóxicos e diversificar a produção, integrando grandes propriedades com a agricultura familiar por meio de parcerias e mercados institucionais. O diálogo entre setores deve ser incentivado para construir uma agenda comum de desenvolvimento rural que concilie produtividade, inclusão social e preservação ambiental.

A transição ecológica só é possível com justiça social, protagonismo territorial e controle público dos bens comuns. Não se trata apenas de mudar matrizes produtivas e energéticas, mas de reorientar o modelo de desenvolvimento, garantindo que a proteção ambiental caminhe junto com direitos, renda, permanência nos territórios e soberania nacional.

A valorização da sociobiodiversidade e de suas cadeias produtivas deve reconhecer os povos do campo, das florestas e das águas como sujeitos centrais da conservação ambiental e da economia dos biomas. A proteção integral dos biomas e dos bens comuns requer especial atenção à água como direito humano e bem público, assegurando acesso, gestão democrática, proteção de nascentes, bacias hidrográficas e aquíferos, além do enfrentamento à mercantilização da água e à privatização dos serviços essenciais. A preservação das florestas, da biodiversidade e dos territórios tradicionais deve ser garantida.

O enfrentamento aos processos de desertificação, queimadas e desmatamentos exige políticas estruturantes de prevenção, responsabilização e recuperação ambiental, articuladas à agroecologia, à convivência com os biomas e à permanência das populações nos territórios. A promoção de modelos produtivos de baixo carbono, baseados na agroecologia, na restauração ecológica, na sociobiodiversidade e em práticas sustentáveis adequadas às realidades territoriais deve ser incentivada.

A regulamentação do Mercado de Carbono deve vir acompanhada do fortalecimento das estruturas responsáveis para implementar a legislação com rigor técnico, inovação e integração institucional, de modo a impactar social e ambientalmente em valor real com inclusão produtiva e economia circular. A transição energética justa deve incluir incentivo às energias renováveis, especialmente solar e eólica, como alternativas estratégicas à matriz fóssil, bem como se faz necessário investimento na continuidade de implementação de uma fonte segura de produção de energia de base, a Energia Nuclear, com avaliação crítica e permanente dos impactos sociais, territoriais, ambientais e culturais dos empreendimentos energéticos.

O Brasil detém uma fonte alternativa de energia estável com uso ampliado em todo o mundo. Desde a instalação das primeiras usinas, há décadas, o país obteve pleno conhecimento científico, prospectou reservas significativas de urânio e desenvolveu excelência em capacidade tecnológica e produtiva. Esse domínio abrange todas as fases: desde a extração até o enriquecimento do urânio físsil e a estruturação dos elementos combustíveis.

Essa competência estende-se também à construção e aos equipamentos necessários para a conclusão da Usina de Angra 3, que demanda uma urgente solução econômica de financiamento e gestão. O equacionamento do projeto tem o potencial de atrair investimentos em maior escala para a fonte nuclear, consolidando sua presença na matriz energética brasileira.

A estratégia futura deve prever a instalação de reatores de potência similar aos atuais em áreas de grande fluxo de água corrente, bem como a implementação de Pequenos Reatores Modulares (*Small Modular Reactors - SMRs*). Estes últimos são ideais para áreas distantes e de difícil acesso, garantindo estabilidade e uma capacidade de produção contínua de energia de potência onde outras fontes não alcançam.

É essencial a garantia de consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas, priorizando modelos descentralizados, comunitários e cooperativos, que promovam autonomia energética, geração de renda local e redução de desigualdades. A integração entre conservação ambiental, geração de renda e direitos territoriais deve assegurar que a transição ecológica seja instrumento de justiça social, e não de aprofundamento de conflitos, expropriações e desigualdades.

O atual modelo de produção animal é um dos maiores responsáveis pelas crises que a transição ecológica busca resolver. Ele responde por uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa, além de causar desmatamento, perda de biodiversidade e poluição. Uma transição ecológica que ignore esse setor é, portanto, incompleta.

Os animais são seres sencientes, capazes de sentir dor, medo, prazer e estabelecer vínculos. A violência contra eles não é um fenômeno isolado, ela se conecta com a violência social, com a degradação ambiental, com a insegurança alimentar e com os riscos à saúde pública. Proteger os animais é também proteger as pessoas, os territórios e as condições que sustentam a vida.

Precisamos fortalecer a institucionalidade e a governança das políticas de proteção animal, com articulação federativa, orçamento público, participação social e consolidação de programas estruturantes em todo o território nacional. É imprescindível promover o enfrentamento à violência contra animais,

associado à transformação cultural da sociedade, por meio da educação para o respeito à vida, à empatia e à convivência entre espécies e também estimular modelos de desenvolvimento, produção e consumo mais sustentáveis e éticos, que reduzam impactos ambientais, protejam a biodiversidade e promovam uma relação mais equilibrada entre seres humanos, animais e natureza.

O Bem Viver é assumido como horizonte político, ético e civilizatório para o campo brasileiro. Não se trata de uma noção abstrata, mas de uma orientação concreta para reorganizar o desenvolvimento rural a partir da centralidade da vida, do cuidado, do trabalho digno, da justiça social e da relação equilibrada com a natureza. O Bem Viver articula produção, reprodução social, direitos, cultura e tempo de vida, enfrentando a lógica da exploração extrema do trabalho e da subordinação dos territórios à acumulação do capital.

A estratégia econômico-ambiental do plano fundamenta-se na reorientação da matriz produtiva mediante a adoção de tecnologias verdes e na incorporação de critérios de sustentabilidade como vetores de competitividade. São previstos os seguintes instrumentos:

- **Incentivos fiscais verdes:** implementação de reforma tributária ecológica, com desoneração de atividades sustentáveis e tributação progressiva de práticas poluentes, observando o princípio da neutralidade fiscal.
- **Financiamento público para inovação:** estruturação de linhas de crédito com condições diferenciadas para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em energias renováveis, economia circular, biotecnologia e agricultura de baixo carbono, com especial atenção ao enfrentamento do "vale da morte" do processo inovativo.
- **Valorização da sociobiodiversidade:** utilização do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais como base para a agregação de valor a cadeias produtivas estratégicas, notadamente na Amazônia e demais biomas.

A efetivação da pauta ambiental depende de mecanismos robustos de coordenação e participação:

- **Coordenação interministerial:** instituição de instância vinculada à Presidência da República para alinhamento das políticas públicas, do Plano Plurianual (PPA) e das leis orçamentárias às metas socioecológicas.
- **Participação social:** fortalecimento de conselhos, conferências e mecanismos de diálogo com a sociedade civil, movimentos sociais e setor produtivo.

- **Educação ambiental estruturante:** implementação de programas transversais de formação de educadores ambientais, educomunicação socioambiental e integração com universidades, escolas e comunidades.

É necessário, portanto, consolidar uma agenda rural integrada, que reconheça o campo como território de vida, diversidade e direitos. Este compromisso exige o enfrentamento de desigualdades estruturais, o fortalecimento do Estado e o aprofundamento da democracia territorial, articulando soberania alimentar, justiça agrária, justiça climática e o horizonte do Bem Viver.

Nesse cenário, a transição ecológica justa emerge como eixo estruturante que conecta a proteção da sociobiodiversidade à democratização da energia e da terra. Esse processo garante o protagonismo dos povos tradicionais na conservação ambiental e a construção de modelos produtivos sustentáveis e de baixo carbono.

Trata-se de recolocar o rural no centro do projeto nacional — não como problema a ser administrado, mas como parte estratégica da solução para o futuro do país. Isso exige o protagonismo dos sujeitos territoriais na formulação, execução, monitoramento e avaliação das ações do Estado. O rural é território de vida, e é desde essa concepção que construiremos um Brasil mais justo, democrático, sustentável e soberano.

8- BRASIL PARA TODAS AS IDADES, GENTES E LUTAS: POR QUE A PROTEÇÃO SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS PRECISAM SER O CORAÇÃO DO PRÓXIMO GOVERNO

Nosso país chegou a um ponto de inflexão. Durante décadas, construímos a imagem de um país do futuro, mas o futuro chegou e nos cobra respostas. Somos, hoje, uma nação com 34 milhões de pessoas idosas — um contingente que cresceu 56% em apenas quinze anos. Somos um país onde 6,48 milhões de pessoas ainda acordam sem saber o que vão comer, mesmo depois de termos celebrado a saída do Mapa da Fome. Somos uma sociedade onde jovens negros continuam sendo assassinados por forças do Estado, onde defensores de direitos humanos são silenciados à bala, onde pessoas com deficiência ainda precisam lutar para ter seus direitos básicos reconhecidos.

Somos 34 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Em poucas décadas, seremos ainda mais. O envelhecimento populacional é uma conquista civilizatória — fruto de avanços na saúde, no saneamento, na expectativa de vida. Mas, no Brasil, envelhecer tem sido, para muitos, sinônimo de abandono, violência e invisibilidade.

Com o foco no envelhecimento populacional, é necessária uma virada de chave: combater o idadismo estrutural, que isola, adocece e empobrece. Isso

significa campanhas de valorização, mas também políticas concretas. É preciso fortalecer a atenção básica e o atendimento domiciliar, para que ninguém precise escolher entre morrer em casa ou morrer na fila de um hospital. Significa moradia digna — não qualquer moradia, mas moradias assistidas, condomínios inclusivos, aluguel social. Significa orçamento específico, para que a pauta não se perca na disputa por recursos. Envelhecer com dignidade não é favor: é direito constitucional.

A garantia do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA), o combate estrutural à fome e a transformação dos sistemas alimentares constituem imperativos de Estado, transcendendo ações emergenciais para se consolidarem como estratégia permanente de desenvolvimento. Superar a visão reducionista do alimento como mera commodity regulada exclusivamente pelas leis de mercado é condição para afirmá-lo como direito fundamental, alicerce da dignidade humana e expressão concreta da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Para a consolidação e o aprofundamento dessa agenda, é imperativo: (i) o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a plena ampliação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como instâncias de participação social e controle público; (ii) o enfrentamento da carestia dos alimentos como prioridade de política macroeconômica, articulando estabilidade de preços à garantia de acesso; e (iii) a estruturação de uma estratégia pós-Mapa da Fome orientada à promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e socialmente equitativos.

Tal estratégia requer a reorientação do modelo de produção e abastecimento, priorizando a agricultura familiar e camponesa, a transição agroecológica e o enfoque nos sistemas alimentares territoriais. As políticas públicas devem incorporar, de forma estruturante, a diversidade regional, a sazonalidade produtiva e os modos de vida de povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos e agricultores familiares, reconhecendo a sociobiodiversidade e a pluralidade cultural como ativos estratégicos para a soberania alimentar.

As compras públicas, nesse contexto, operam como instrumentos estruturantes de indução de sistemas alimentares locais e regionais. Nesse sentido, defende-se: (a) a ampliação e qualificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando o fornecimento universal de refeições adequadas e saudáveis, baseadas em alimentos in natura ou minimamente processados, com priorização da aquisição da produção local e respeito às culturas alimentares; (b) o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como mecanismo de garantia de preços e escoamento da produção; e (c) a implementação de um Plano Nacional de Abastecimento

Alimentar que articule a geração de renda no campo ao acesso físico e econômico nos centros urbanos.

Adicionalmente, a institucionalização permanente de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional — como cozinhas solidárias, restaurantes populares, bancos de alimentos e hortas comunitárias, urbanas e periurbanas — deve ser consolidada como política de Estado. Tais equipamentos, para além da resposta imediata às vulnerabilidades, atuam na dinamização econômica territorial, na promoção da educação alimentar e nutricional e no fortalecimento de redes de solidariedade e de valorização dos saberes locais.

Os Direitos Humanos também se integram com as pautas das pessoas com deficiência, o capacitismo é um sistema de opressão tão perverso quanto o racismo ou o machismo, mas ainda pouco nomeado. É importante lembrar que as pessoas com deficiência não são objetos de tutela, mas sujeitos políticos plenos. E, no entanto, continuam enfrentando barreiras arquitetônicas, atitudinais e institucionais que as impedem de viver com autonomia.

É preciso implementar integralmente a Lei Brasileira de Inclusão, regulamentar a Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, retomar o Plano Viver Sem Limites com força intersetorial. Mas, acima de tudo, garantir que as próprias pessoas com deficiência estejam na mesa de decisão. "Nada sobre nós, sem nós" não é apenas um lema bonito: é um princípio democrático. Um governo que se pretende inclusivo não pode repetir o erro histórico de falar sobre as pessoas com deficiência sem ouvi-las.

A reafirmação das políticas de assistência social é um compromisso central do projeto nacional. Durante a crise pandêmica, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi o baluarte que mitigou os impactos sobre a população mais vulnerável. Foram os CRAS e CREAS que asseguraram o vínculo com as famílias em extrema pobreza, garantiram a segurança alimentar e ofereceram acolhimento a mulheres em situação de violência. No entanto, essa rede opera no limite de sua capacidade há anos, enfrentando o estrangulamento do financiamento, a precarização dos vínculos trabalhistas e uma infraestrutura física muito aquém da demanda social crescente.

O que se propõe é algo simples e revolucionário: pagar a conta. Aprovar a PEC 383/2017, que garante 1% da Receita Corrente Líquida da União para o SUAS, é condição para que o sistema funcione com qualidade e a destinação de recursos do Pré-sal, para expandir e qualificar a rede socioassistencial.

É preciso valorizar os trabalhadores. Piso salarial nacional e jornada de 30 horas não é privilégio: é reconhecimento de que são eles que estão na ponta, segurando o país para não desabar socialmente. Recriar o Ministério de Assistência e Desenvolvimento Social é dar à política a centralidade que ela merece. Não se constrói justiça social sem fortalecer quem cuida dos que mais

precisam. Para isso, é preciso implementar o Piso Salarial Nacional (PL 5874/2023), realizar concursos públicos e estruturar carreiras, garantindo condições dignas de trabalho para os profissionais que efetivam a política.

É imperativo enfrentar a grave crise de endividamento e saúde mental gerada pela disseminação descontrolada das plataformas de apostas online (bets). Trata-se de um sistema venenoso que promove uma drenagem silenciosa do orçamento doméstico, sabotando a economia popular por dentro.

Pesquisas qualitativas mostram um quadro preocupante: homens têm apostado de forma escondida, consumindo recursos essenciais da família e fragilizando a autonomia das mulheres, que são as principais gestoras do lar. Dados alarmantes mostram que 46% dos inadimplentes buscam nas apostas uma saída ilusória para pagar contas, o que apenas aprofunda o abismo do endividamento.

O fenômeno é só mais um desdobramento perverso da financeirização da economia — uma herança do governo Bolsonaro — que permitiu que essas plataformas operassem em um verdadeiro paraíso fiscal, sem pagar impostos e sem qualquer regulação. Se, de um lado, o rentismo suga o Estado, de outro, as bets drenam a mesa do trabalhador. Por isso, em consonância com a proposta do presidente Lula, que defendeu recentemente o fim de jogos virtuais predatórios como o 'Jogo do Tigrinho', nosso Programa de Governo assume o compromisso de banir essas práticas que destroem o patrimônio das famílias brasileiras.

Para os casos em que a atividade persistir sob regulação, defendemos a incidência de um Imposto Seletivo pesado, superior ao aplicado ao tabaco e ao álcool. A política tributária deve atuar como um mecanismo de desestímulo ao vício e de reparação social, com recursos destinados ao SUS e ao SUAS para enfrentar o sofrimento psicológico e a desestruturação de famílias e comunidades. Proteger a renda popular contra o cassino digital é, acima de tudo, um ato de soberania e de defesa do projeto do Bem Viver.

Direitos Humanos são a casa comum de todas as lutas, precisamos criar o Sistema Nacional de Direitos Humanos, inspirado no SUS, institucionalizando a política de direitos humanos como política de Estado, não de governo. O Fundo Nacional de Direitos Humanos, com financiamento vinculado, garante que conquistas não sejam varridas a cada mudança de gestão.

As diretrizes aqui apresentadas não são gasto: são investimento. Investimento na vida de 34 milhões de idosos que merecem envelhecer com dignidade. Investimento nos 6,48 milhões que ainda passam fome. Investimento nos milhões de pessoas com deficiência que querem estudar, trabalhar e viver sem barreiras. Investimento nos trabalhadores do SUAS que sustentam a rede de

proteção. Investimento na memória, na verdade e na justiça, que são os alicerces de qualquer democracia que se pretenda sólida.

Precisamos de um Brasil que cuida e reconhece que a dignidade humana não é mercadoria, que a vida não tem preço, que a desigualdade não é natural. Um Brasil que aprendeu com a história, com os acertos dos governos petistas, que tiraram o país do Mapa da Fome e incluíram milhões na cidadania; e com os retrocessos dos anos de desmonte, que mostraram o que acontece quando o Estado abandona os mais pobres.

Mas esse Brasil não virá por acaso. Virá da luta, da organização, da disputa de ideias. Virá da capacidade de convencer a sociedade de que outro mundo é possível e que ele começa aqui, agora, nas políticas que elegemos como prioridade.

Por isso, defender essas diretrizes não é tarefa apenas de setoriais, mas de todos e todas que acreditam que a política pode ser instrumento de transformação. O futuro está em disputa. E ele será, se quisermos, um futuro para todas as idades, todas as gentes e todas as lutas.

9- SEGURANÇA PÚBLICA: REFORMA ESTRUTURAL, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO QUALIFICADO AO CRIME

A superação do atual cenário de violência no Brasil exige a reconstrução das balizas institucionais que regem as relações entre os entes federados, o Estado e a sociedade. Propomos a estruturação de um sistema nacional de segurança pública que atue em duas frentes complementares: a execução imediata de programas que prescindem de alterações legislativas e a articulação de reformas constitucionais necessárias para superar o modelo rígido e fragmentado vigente. A gestão dessa política será rigorosamente sistemática, pautada pela coordenação federativa e baseada em diagnósticos territoriais e evidências científicas.

Nesse contexto, a polícia — elemento fundamental para a garantia da segurança — passará por uma reestruturação profunda para tornar-se plenamente compatível com uma sociedade democrática que preza pela liberdade. Esse processo inclui a definição rigorosa de uma doutrina de uso proporcional da força, a profissionalização das corregedorias e instâncias externas, o aprimoramento constante de métodos e protocolos, e a integração estratégica das organizações policiais sob uma governança coordenada.

A obrigatoriedade do uso de câmeras corporais para todos os agentes de segurança pública é um passo fundamental para garantir a transparência, a proteção dos direitos humanos e a credibilidade das instituições. Além de documentar objetivamente as abordagens e inibir condutas abusivas, essa

ferramenta cria um ambiente de segurança jurídica tanto para o profissional quanto para o cidadão, reduzindo a letalidade policial e a ocorrência de denúncias infundadas.

Defendemos a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, bem como a criação de um Sistema Único de Segurança Pública, objetivando a integração dos órgãos de segurança de todos os entes federativos. Diante da rápida evolução das organizações criminosas e dos desafios contemporâneos, como o avanço da cibercriminalidade e a necessidade de integração tecnológica, torna-se premente que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) seja atualizado. É preciso focar não apenas na modernização das competências dos profissionais de segurança pública por meio de matrizes curriculares atualizadas e uso de evidências científicas, mas também na superação da histórica fragmentação institucional e na implementação de políticas de Estado sustentáveis que unam repressão qualificada, inovação tecnológica e inclusão social.

Reduzir a violência e a criminalidade exige política de prevenção voltada para mediação de conflitos, fortalecimento da justiça restaurativa e ações transversais que envolvam todas as áreas sociais do governo, conjugando intervenções situacionais de curto prazo com intervenções sociais de médio e longo prazos, promovendo equivalência no acesso aos direitos por meio de oportunidades de educação, trabalho digno e lazer.

Na política de drogas, temos de superar a lógica da “guerra às drogas”, reconhecendo que o uso abusivo é questão de saúde pública e adotando abordagem intersetorial de redução de riscos e danos, articulando sistemas de justiça, segurança pública, saúde e assistência social.

O enfrentamento às organizações criminosas — que atuam no tráfico de drogas, armas, pessoas, crimes digitais, lavagem de dinheiro e ocupação de territórios — exige atuação federativa coordenada, integração e acesso a dados qualificados, estrutura de proteção contra crimes cibernéticos e produção de conhecimento para embasar decisões e políticas públicas em evidências.

Por fim, é prioritário reorganizarmos a política penal e penitenciária, com aprimoramento da gestão prisional, racionalização do encarceramento para crimes não violentos, enfraquecimento das facções e construção de unidades com foco em educação técnica e ensino fundamental e médio, superando um modelo que agrava a violência e aumenta a reincidência.

10- EDUCAÇÃO E CULTURA PARA A DEMOCRACIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

10.1. EDUCAÇÃO

A educação é direito universal de todas as pessoas e dever do Estado, da família e da sociedade, constituindo um dos eixos estratégicos do projeto nacional que defendemos. Nosso projeto de educação tem como objetivo central o desenvolvimento pleno da pessoa humana, a formação cidadã crítica e consciente, a qualificação para o trabalho decente, a defesa da soberania nacional e a sustentabilidade ambiental, garantindo acesso universal, permanência com êxito e qualidade socialmente referenciada da creche à pós-graduação, respeitando a diversidade cultural e as especificidades territoriais.

A efetivação do Plano Nacional de Educação, com 10% do PIB para o setor e aplicação do Custo Aluno-Qualidade, é um elemento fundamental para o fortalecimento da educação como política de estado. Isso significa universalizar as creches, expandir a educação em tempo integral, garantir alfabetização na idade adequada com respeito às realidades locais, fortalecer os Institutos Federais, ampliar as políticas de permanência estudantil e retomar com vigor o investimento nas universidades públicas, bases estratégicas para a inovação científica, a neo industrialização e o desenvolvimento tecnológico soberano.

O fortalecimento da educação pública exige diálogo permanente com a sociedade, gestão democrática, inclusão efetiva e pactuação federativa real. É urgente reverter as políticas de privatização e militarização das escolas, combater a mercantilização do ensino e assegurar que todo recurso público seja destinado exclusivamente à escola pública. A valorização dos profissionais da educação com carreira estruturada, formação continuada e remuneração digna é condição indispensável para elevar a qualidade do ensino.

A disputa permanente pelo sentido da educação deve reafirmá-la como espaço de emancipação, de exercício da cidadania crítica e da convivência democrática. Mais do que potencializar talentos, a educação deve produzir conhecimento comprometido com a justiça social e com a dignidade do povo brasileiro.

Essa visão organiza o enfrentamento às pressões pela financeirização e pela mercantilização da oferta, fortalecendo a indispensável regulação pública. Nesse sentido, é urgente limitar a expansão predatória da Educação a Distância (EaD) e das formações técnico-profissionais, combatendo monopólios privados. O objetivo central é assegurar que o fundo público esteja estritamente a serviço da rede pública, garantindo o direito universal ao acesso, à permanência e à conclusão exitosa — da creche à pós-graduação.

Tal como as universidades públicas, os centros, institutos e universidades tecnológicas públicas, muitas escolas públicas de educação básica vêm se tornando referências importantes na demarcação afirmativa da educação pública. Elas consolidam práticas pedagógicas comprometidas com a

equidade, a inclusão e a qualidade social da educação, reafirmando o papel estratégico do Estado na garantia do direito à educação como bem público e instrumento de transformação social.

É imprescindível defender e fortalecer os princípios educacionais da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a garantia do padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; a importância da diversidade étnico-racial; a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva, e a garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação.

É igualmente fundamental reafirmar o direito à educação inclusiva, assegurando condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem aos estudantes público alvo da educação especial.

A educação pública é espaço essencial de convivência democrática, formação cidadã e produção de conhecimento comprometido com a transformação social. Como política pública estratégica, a educação é o instrumento mais poderoso para romper os ciclos de exclusão, reduzir desigualdades estruturais, combater a violência e construir um Brasil soberano, justo e desenvolvido.

10.2. CULTURA

A cultura brasileira é a arquitetura simbólica da nossa democracia, diversa, plural, popular e solidária: ela projeta o futuro coletivo do país, organiza sentidos, conecta territórios, integra saberes ancestrais e tecnologias contemporâneas.

A tentativa de extinção do Ministério da Cultura após o golpe de 2016 e a ofensiva negacionista do bolsonarismo demonstraram que a disputa cultural é o centro da disputa política: atacar a cultura é tentar fragilizar a consciência do povo.

Nossa diretriz é fortalecer a cultura como um eixo estratégico do nosso projeto nacional, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura como política de Estado, garantindo financiamento estável e progressivo, consolidando a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e o Cultura Viva como instrumentos de territorialização e garantia de soberania cultural-digital.

Defender a cultura é, primordialmente, garantir trabalho digno aos seus trabalhadores e trabalhadoras. Esse compromisso se manifesta no reconhecimento e na valorização prioritária da cultura popular, periférica,

indígena e quilombola, além das comunidades tradicionais, que constituem a expressão viva da identidade brasileira. Para tanto, é preciso assegurar que mestres e mestras da cultura, coletivos de periferia, juventudes e produtores culturais dos territórios tenham acesso permanente a financiamento, formação e infraestrutura. O Estado deve ser o garantidor das condições materiais para que a criação cultural floresça em todas as regiões do país.

Essa estratégia inclui a ampliação da presença do Brasil em circuitos internacionais de cinema e das artes, bem como o fortalecimento dos bens públicos digitais. A afirmação da diversidade cultural deve ser consolidada como o elemento organizador de um desenvolvimento soberano, democrático e territorialmente equilibrado.

A cultura é trincheira de resistência e, principalmente, um horizonte estratégico para um Brasil cada vez mais inclusivo e criativo. Não é apenas a alma criativa do Brasil, mas a própria arquitetura que sustenta o nosso projeto de futuro.

Ao reafirmar a diversidade popular, periférica, indígena e quilombola como pilares do desenvolvimento - e transformar essa riqueza em políticas de Estado permanentes com financiamento estável e inclusão digital -, pavimentamos o caminho para uma democracia mais profunda e territorializada.

Resistir aos ataques negacionistas e fortalecer o Sistema Nacional de Cultura significa garantir que mestres, juventudes e fazedores de cultura tenham vez e voz na construção de um país mais inclusivo e criativo.

Nesse sentido, a cultura deixa de ser apenas trincheira de defesa para se consolidar, definitivamente, como o horizonte estratégico que nos guia rumo a um Brasil onde a identidade plural do povo é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e a grande obra realizada.

11- JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS LGBTQIAPN+: POR UM PROJETO DE PAÍS SEM HIERARQUIAS NEM INVISIBILIDADES

A construção de um Brasil soberano e democrático pressupõe o reconhecimento da cidadania plena para todas as pessoas. Nesse sentido, a promoção de direitos da população LGBTQIAPN+ deve ser compreendida não como uma demanda setorial isolada, mas como parte integrante e estruturante do projeto de desenvolvimento nacional. Somente enfrentando de forma sistêmica as desigualdades históricas, a violência estrutural e as múltiplas formas de exclusão, poderemos edificar uma nação verdadeiramente justa.

Nosso projeto reafirma a Justiça Social como princípio fundamental, reconhecendo que não existe igualdade real enquanto parte da população seguir submetida à precarização, à invisibilidade e à violência. A dignidade

humana não admite fragmentações; ela é a base sobre a qual se sustenta o desenvolvimento de um povo livre.

A implementação das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ deve orientar uma política de médio e longo prazos, articulada de forma interministerial e federativa. É necessário estruturar um Sistema Nacional de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+, com integração obrigatória nos instrumentos de planejamento e orçamento público, assegurando previsibilidade orçamentária, metas claras e mecanismos de monitoramento permanentes, articulando justiça social, inclusão produtiva e combate à violência.

Isso implica integrar políticas de segurança pública com inteligência e prevenção, ampliar acesso à saúde integral e à educação inclusiva, promover empregabilidade e proteção social para travestis e pessoas trans, enfrentar a discriminação no mundo do trabalho e assegurar participação política com proteção contra a violência de gênero e orientação sexual. Não somente garantir direitos conquistados, mas avançar na construção de uma sociedade onde dignidade, liberdade e igualdade sejam vividos plenamente por todas as pessoas.

Cabe, portanto, consolidar um sistema de garantias que assegure, de forma permanente e monitorada, que nenhuma pessoa seja deixada para trás — e que o futuro do Brasil seja construído com a liberdade, a igualdade e a diversidade de todo o seu povo.

12- DIREITO À CIDADE E DIREITO AO ESPORTE: PILARES DA CIDADANIA

O próximo ciclo deve assegurar o direito à cidade como política de Estado permanente e estruturante, avançando para uma transformação urbana integrada como expressão concreta da justiça social no espaço urbano. O direito à cidade pressupõe que moradia digna, mobilidade acessível, saneamento básico, equipamentos públicos e espaços de convivência são direitos universais e não devem estar submetidos a lógica da especulação imobiliária e exclusão social.

A reconstrução das cidades brasileiras exige a centralidade de políticas estruturantes, como o **Minha Casa, Minha Vida**, recuperado por Lula, e que recoloca a habitação popular no núcleo da agenda nacional. Nosso compromisso é priorizar as famílias de baixa renda e enfrentar o déficit habitacional de forma agressiva, garantindo que o teto seja a porta de entrada para a cidadania plena.

Somado a isso, o avanço no saneamento básico, outro compromisso de nosso governo, deve ser acelerado, partindo do princípio de que o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário são fundamentos inegociáveis da dignidade humana. Essa prioridade foca nas periferias historicamente negligenciadas, onde a ausência do Estado se manifesta na precariedade da infraestrutura básica.

A mobilidade urbana deve deixar de ser tratada apenas como transporte para consolidar-se como **Soberania do Deslocamento**, um pilar central do nosso projeto de desenvolvimento nacional. Essa pauta é a extensão orgânica da luta pela **Soberania do Tempo**, materializada na bandeira do **fim da escala 6x1**. Afinal, o descanso do trabalhador é incompleto se ele permanece confinado em seu território pela barreira financeira da catraca. Ao reafirmar a periferia como eixo de desenvolvimento inclusivo e o transporte como um Serviço Público Universal — no mesmo patamar do SUS e da Educação —, garantimos que o direito de ir e vir deixe de ser uma mercadoria segregadora para tornar-se um direito social pleno.

A implementação progressiva da Tarifa Zero no transporte público é uma medida concreta de redistribuição de renda e justiça social, capaz de injetar recursos diretamente na base da pirâmide e dinamizar as economias locais. Como demonstram as experiências vitoriosas em diversos municípios brasileiros, o dinheiro que deixa de ficar retido na catraca passa a circular imediatamente no comércio dos bairros e dos centros urbanos, fortalecendo a produção e gerando empregos. Romper com a barreira material do custo de deslocamento é garantir que a classe trabalhadora, os estudantes e os usuários do sistema público ocupem a cidade em sua totalidade, transformando o transporte em um motor de vitalidade econômica e integração territorial.

Para consolidar essa visão até 2026, propomos a estruturação do Sistema Único de Mobilidade (SUM), assegurando uma governança federativa que trate a circulação das pessoas como prioridade estratégica de Estado. O fortalecimento dessa rede pública de mobilidade — integrada, democrática e conectada — é o que permitirá superar a invisibilidade territorial e construir cidades para o povo. Sob a liderança do governo Lula, a Tarifa Zero simboliza um Brasil em movimento, onde a liberdade de circular e o acesso à cultura e ao lazer são partes indissociáveis do Bem Viver e da consolidação da nossa democracia.

É indispensável integrar habitação, saneamento, educação, saúde, cultura, lazer, mobilidade e acessibilidade em estratégias territoriais capazes de enfrentar a segregação urbana. Não se trata somente de resolver o problema da ausência de moradia, mas também de reconhecer periferias e favelas como

territórios de potências econômicas, culturais e políticas, espaços de inovação, solidariedade e organização popular.

As prioridades devem ser a redução das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Aqui temos uma mesma visão estratégica: a construção de cidades justas, inclusivas e democráticas, onde o direito à moradia digna e o acesso ao esporte e ao lazer sejam pilares da cidadania e do desenvolvimento humano.

Ambos os setores partem de um diagnóstico comum: os avanços obtidos nos governos Lula e Dilma — como o Ministério das Cidades, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte — foram fundamentais, mas ainda insuficientes diante da desigualdade estrutural que marca o país. As cidades brasileiras seguem divididas entre o formal e o informal, o incluído e o excluído. E é justamente essa desigualdade que as diretrizes buscam enfrentar de forma integrada.

Na área da moradia, não basta construir casas. É preciso garantir terra urbanizada, financiamento público, controle social e regularização fundiária com participação popular. São necessárias ações de ampliação do financiamento para habitação popular, a efetivação da Regularização Fundiária Urbana (REURB-S) em todo o país dando protagonismo para as comunidades, fortalecer o Conselho das Cidades (CONCIDADES) bem como os conselhos municipais e estaduais, aplicar instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, como o IPTU progressivo e o parcelamento compulsório, para combater a especulação imobiliária, bem como destinar imóveis da União para habitação de interesse social, conforme decreto de 2024.

Ademais, é necessário a criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), que articule habitação, saneamento, mobilidade, regularização fundiária e justiça climática, com foco na redução das desigualdades e na participação social.

O esporte é um direito constitucional e deve ser tratado como política de Estado, superando a lógica da mercadoria ou da ação filantrópica. Defendemos a criação de programas permanentes de formação esportiva integrados à educação em tempo integral, assegurando que o desenvolvimento físico e técnico caminhe lado a lado com a formação cidadã nas nossas escolas e territórios.

Para fortalecer o esporte comunitário e de base, propomos o **Programa Esporte Vivo**. Inspirado na metodologia do Cultura Viva, o programa reconhecerá e apoiará iniciativas populares, valorizando o futebol amador como pilar da identidade nacional. Esse apoio se estenderá de forma prioritária

às ligas locais, aos clubes de bairro e às comunidades tradicionais, preservando o esporte como patrimônio social e cultural.

A integração estratégica entre esporte, saúde, cultura, educação e direitos humanos é o motor para a promoção do bem-estar e da inclusão. Ao tratar a prática esportiva como eixo transversal, o Estado potencializa o combate às violências e reafirma o esporte como um território de paz, saúde e garantia de direitos para toda a população brasileira.

Tanto a moradia quanto o esporte serão pensados a partir dos territórios, com foco nas periferias, favelas, comunidades tradicionais e áreas vulneráveis. A ideia é levar infraestrutura, direitos e oportunidades para onde o povo vive. A estratégia envolve a criação e o fortalecimento de conselhos, conferências e mecanismos de participação direta, garantindo que as comunidades decidam sobre os rumos das políticas.

No acesso à terra ou à prática esportiva, o objetivo é romper com as barreiras que excluem mulheres, negros, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e populações periféricas. Moradia, esporte, saneamento, mobilidade, cultura e saúde não podem ser tratados de forma isolada. A proposta é que as políticas conversem entre si, promovendo cidadania plena.

Moradia e esporte são dimensões de um mesmo projeto de cidade: aquela que acolhe, que cuida, que oferece oportunidades e que é construída com o povo. Seja garantindo um teto digno, seja assegurando espaços para brincar, jogar, conviver e celebrar. O que está em jogo é a construção de uma vida urbana com pertencimento, alegria e justiça.

13- PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A riqueza nacional é fruto, majoritariamente, do trabalho da população negra, embora sua apropriação permaneça historicamente concentrada nos detentores dos meios de produção. A acumulação do capital no Brasil ergueu-se sobre o pilar de quase quatro séculos de escravização de africanos e afrodescendentes, somada ao esbulho sistemático das terras indígenas. Reconhecer essa base é admitir que o racismo não é um resquício do passado, mas o alicerce que ainda sustenta a arquitetura da desigualdade brasileira.

Portanto, este Programa de Governo estabelece que a superação do racismo e da discriminação exige uma abordagem centralmente econômica. Seja pelo papel da escravidão na conformação das nossas cadeias produtivas, seja pela marginalização socioeconômica que marcou a transição para o trabalho assalariado, o fato é que os efeitos desse processo se perpetuam. Não haverá

desenvolvimento soberano sem que enfrentemos o racismo como o motor da precarização e da exclusão que ainda define o nosso mercado de trabalho.

O racismo no Brasil não é um acidente, mas um resultado sistêmico da ação coordenada entre o Estado e as elites econômicas na estruturação da sociedade. Esse processo histórico resultou no quase extermínio dos povos indígenas e na sistemática marginalização econômica e social da população negra. A exclusão política e a criminalização das formas de sociabilidade afro-brasileira são a herança profunda que ainda molda as iniquidades do nosso presente.

Por conseguinte, o ponto de partida deste Programa é a busca intransigente pela igualdade racial. Propomos ampliar o legado das políticas públicas dos governos Lula e Dilma, agora sob uma perspectiva econômica ainda mais profunda. Entendemos que enfrentar a discriminação exige intervir nos mecanismos de reprodução da riqueza e da pobreza, que no Brasil seguem critérios raciais nítidos e persistentes.

Ao longo do terceiro mandato do presidente Lula foi necessário empreender todos os esforços para reconstruir um país destruído e cindido pelo ódio disseminado pela extrema-direita. Em 2023, o aparelho estatal estava em escombros, fruto da interrupção de políticas públicas e da paralisação total dos programas de promoção da igualdade racial.

Além disso, Lula e seus ministros foram obrigados a governar com um Congresso eivado de uma maioria parlamentar inimiga das políticas de reparação. Ainda assim, foi possível avançar na promoção da igualdade racial, tanto no resultado de programas focais, como em políticas generalistas.

Mas o inconformismo é da natureza do PT e de sua militância. Temos a consciência histórica de que reparar quatro séculos de escravidão e 138 anos de discriminação estrutural exige mais do que ações pontuais: são necessários sucessivos mandatos comprometidos com a superação radical das desigualdades.

Nosso projeto deve enfrentar, de forma permanente, os efeitos da histórica apropriação do trabalho de africanos e afrodescendentes, realizada por gerações sem qualquer contrapartida. Reafirmamos que a reconstrução do Brasil é um processo contínuo de reparação e justiça, que demanda coragem política e a persistência de um partido que nasceu para transformar a estrutura de poder em nosso país.

Assim, o norte desse Programa de Governo é aprofundar as conquistas das cinco gestões petistas, aprofundá-las e maximizá-las, na perspectiva de avançar com celeridade na promoção da igualdade racial em nosso país.

Ampliaremos, portanto, o conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, indissociáveis do enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades econômicas.

As ações afirmativas são ferramentas centrais para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral da população negra. No entanto, elegemos como urgência inadiável o enfrentamento à violência estatal, ao genocídio e ao hiperencarceramento da juventude negra. São modelos opressores que não apenas devastam famílias e comunidades inteiras, mas materializam um verdadeiro terror de Estado. Trata-se de uma dinâmica de exclusão violenta que, ao flertar com a 'limpeza étnica', torna-se absolutamente incompatível com os preceitos de uma sociedade democrática.

Para darmos conta de todas as tarefas que o trabalho em prol da igualdade racial exige, o principal instrumento será o Ministério da Igualdade Racial, que deverá liderar as políticas governamentais na área, sempre com caráter transversal. Nesse sentido tanto o orçamento do MIR, como as políticas de promoção da igualdade racial terão garantidos os recursos necessários para sua efetivação.

Além disso, o governo irá retomar as discussões com o Congresso e a sociedade acerca da proposta de criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que deverá contar com novas formas de captação de recursos e receitas contínuas da riqueza nacional, de modo a conferir a robustez necessária ao financiamento das políticas públicas.

Assim, na perspectiva de ampliar e aprofundar as políticas de promoção da igualdade racial, interligadas e articuladas, em constante debate democrático com o movimento negro, todos os setores da sociedade civil organizada e demais poderes, é que nosso Programa de Governo se divide em quatro linhas de ação:

1. Será implementado um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, indissociáveis do enfrentamento à pobreza, à fome e às desigualdades, que garantam ações afirmativas para a população negra e o seu desenvolvimento integral nas mais diversas áreas;
2. Asseguraremos a continuidade e o fortalecimento das ações afirmativas, que têm nas cotas sociais e raciais — tanto no ensino superior quanto nos concursos públicos federais — instrumentos fundamentais, porém não exclusivos, de promoção da igualdade. Nosso compromisso é consolidar essas conquistas e, simultaneamente, ampliar o alcance das políticas públicas para novas áreas, pavimentando um caminho irreversível rumo à equidade racial plena em todo o País.

3. Estamos comprometidos com a proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Serão assegurados a posse de suas terras, o combate a atividades predatórias que prejudiquem seus direitos, assim como a defesa das religiões de matriz africana na sua dimensão jurídica, territorial, cultural;
4. Compreendemos que a violência sistêmica contra a juventude negra, para além da tragédia humana, desperdiça vidas preciosas em pleno vigor laboral que deveriam estar construindo a riqueza material e imaterial do país. Nesse sentido, a ampliação do programa **Pé de Meia** é estratégica: ela atua na preservação da vida e na garantia do direito à educação, servindo de base para a formação de novas gerações de pessoas negras com um nível de cidadania e qualificação profissional jamais visto na nossa história.